

humanidades

Nº1, Janeiro de 1982



ESTUDOS DE:

ARMANDO COELHO F. DA SILVA
ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM
EUGÉNIO DOS SANTOS
HUMBERTO BAQUERO MORENO
JOSÉ AUGUSTO MAIA MARQUES
JOSÉ AUGUSTO SEABRA
LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS
LUÍS MIGUEL DUARTE
MARIA CARMELITA HOMEM DE SOUSA
MARIA LUÍSA DELERUE
RUI M. S. CENTENO
SUSANA DE OLIVEIRA JORGE
VERA LÚCIA VOUGA
VÍTOR DE OLIVEIRA JORGE



F101/5

EDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE
ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DA U. P.

BREVES NOTAS SOBRE SOCIEDADES, CULTURAS E CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS

I – O NASCIMENTO DAS CIDADES

José Augusto Maia Marques

A – Introdução

Já vai longe o tempo em que a história da Antiguidade Oriental se confinava praticamente à Palestina, com ligeiras incursões pelo Egipto e Mesopotâmia. Hoje não é assim. As pesquisas arqueológicas em todo o Médio Oriente, a descoberta de fontes escritas e o conhecimento de diversas línguas desaparecidas são factores que mostram como o campo é muito vasto. A Palestina, e mais concretamente a costa oriental do Mediterrâneo, tem efectivamente uma importância especial como ponte natural entre Oriente e Ocidente. Mas, dessa faixa de terreno, tem de passar-se para o Egipto, para a Mesopotâmia e para as regiões da Anatólia. Aliás, em qualquer destas regiões, é abundante e rico o espólio arqueológico e o testemunho da escrita. Para o comprovarmos bastará referirmos os sítios de maior interesse pelos textos que nos legaram.

António Augusto Tavares (1)

O homem, nos seus inícios teve que, tal como qualquer outro animal, adaptar-se ao seu meio ambiente. As espécies não adaptadas extinguiram-se.

A «revolução neolítica» permite ao homem escolher o local de vida e habitação, ao contrário do que até aí acontecia.

No início do período cronológico que nos interessa, partes da Ásia, da Europa e da África, eram habitadas por uma população de agricultores, vivendo em pequenas comunidades agrícolas autárquicas. Tinham já adquirido conhecimentos razoáveis:

- Pedra Polida
- Cerâmica
- Tecelagem
- Agricultura
- Domesticação

Estas comunidades desenvolveram-se conforme a exigência do meio, elaborando artes, técnicas, linguagem, costumes e crenças próprias.

Da «barbárie» homogénea e estática, vai nascer a complexidade do mundo moderno. Esta transformação vai operar-se cerca do IV milénio antes de Cristo e apresenta várias características:

- a) Não foi geral. Deu-se em primeiro lugar nos locais mais favoráveis.
- b) Na Mesopotâmia e Egipto, pode traçar-se a completa evolução. Na Índia (vale do Indo) e na China (Rio Amarelo) não se conhecem as fases de transição.

As duas consequências imediatas, para o homem, destas transformações, são:

- a) O homem consegue comida suficiente sem grandes preocupações diárias.
- b) Pode, assim, abandonar as tarefas quotidianas de caça e recollecção e consagrar-se a outras actividades.

O EGÍPTO

O deserto, terreno de caça do homem paleolítico, transforma-se na zona árida que hoje conhecemos, imprópria para a ocupação humana.

Não havia população e estruturas sociais senão onde a agricultura era possível como por exemplo na depressão de Fayoum.

Os seus primeiros habitantes pertencem à mesma raça dos povos da África Oriental.

Quando o nível das águas baixou, o homem ocupou progressivamente as partes inferiores do vale e, como as terras assim aproveitadas eram muitas e fertilíssimas, logo chegaram emigrantes de várias zonas:

NW – Líbios

E – Semitas com os seus rebanhos de carneiros

S e SW – Núbios e Líbios (o maior número)

Cerca de meados do IV milénio chega uma nova vaga de Semitas da Ásia, trazendo técnicas mais evoluídas e conhecimentos básicos de metalurgia. Mais tarde colonizarão todo o Egípto.

No fim do IV milénio, a fusão entre os povos tinha-se completado e a população era homogénea.

Esta hibridez do povo egípcio será, talvez, uma das causas da energia intelectual que lhes permitiu explorar as condições favoráveis que a terra lhes oferecia, e de fundar uma das mais antigas e importantes civilizações do mundo de então.

TIGRE e EUFRATES – MESOPOTÁMIA

Na Mesopotâmia o processo de formação do solo foi diferente. Os terrenos constituíram-se por aluviões e sedimentação dos vários rios.

Os primeiros habitantes instalam-se no extremo sul da zona.

Segundo a tradição, ERIDOU era a cidade mais antiga, revestindo-se a sua fundação de aspectos lendários. Aqueles primeiros emigrantes vinham de Este e eram sobretudo Elamitas. Quando a parte a Norte do Delta se consolidou, um outro povo chegou, de origem semítica e vindo do Norte.

A região aparece-nos claramente dividida em duas zonas habitadas por dois povos distintos, e o nome que mais tarde receberia – País da Suméria e da Acádia – reflecte esta realidade: existiram mesmo dois governos e duas dinastias distintas.

Os homens do sul (sumérios) formaram um povo sobre cujas origens pouco sabemos. A sua civilização, embora ainda no neolítico, tinha já desenvolvido técnicas sofisticadas, nomeadamente a do fabrico de cerâmica. Eram essencialmente agricultores mas fundaram algumas cidades que, no período posterior se tornaram importantes: ERIDOU, UR, KISH, BABILÓNIA (possivelmente fundada por alguns emigrantes de Biblos e sede ...) (sede de uma futura região autónoma), LAGASH e OUROUK, por exemplo, com notáveis vestígios de elevado urbanismo e óptimas técnicas de construção.

Nos finais do IV milénio, princípio do III, uma nova invasão aconteceu, desta vez de Este. Deve ter começado por uma infiltração pacífica (não há vestígios de grandes recontros) e os recém-chegados a breve trecho tornaram-se os senhores do território. Fundaram a cidade de DJEMDET - NASR e daí irradiaram a sua civilização.

A Norte, os Acádios, erigiram também grandes cidades, JARMO, HASSOUNA, deixando-nos vestígios das mais antigas comunidades agrícolas da Mesopotâmia. No entanto, o progresso do Norte era muito lento em relação ao Sul.

No território que hoje é a Síria, os primeiros habitantes foram os Hurritas, originários da América e vizinhos dos Hititas. A grande transformação da região dá-se com a chegada destes durante a Idade do Bronze. São o primeiro povo Indo-Europeu a chegar ao Crescente Fértil e aí irão formar um grande Império.

A aparição da metalurgia gera novas necessidades, como por exemplo a da matéria prima nova — metal. Criam-se relações entre os aglomerados autárquicos. Quer egípcios quer mesopotâmicos viviam em locais onde o metal escasseava. Era preciso importá-lo. Não existe, do mesmo modo, madeira boa para construção. O comércio internacional torna-se mais activo. Prospectores de metal cruzam os mares. Era incomportável, por falta de combustível, tratar o minério bruto no Egipto e na Mesopotâmia. Era, por conseguinte, necessário fazê-lo no local de origem. Assim, às populações dessas regiões, são ensinadas as técnicas de fundição. É preciso pegarlhes para executarem esse trabalho, e o da própria mineração, além do valor, mais ou menos justo, da matéria-prima. Este pagamento era normalmente realizado com produtos manufacturados. Os seus fabricantes, habituados a um mercado restrito, têm que se expandir e reequipar, o que, logicamente, desenvolve não só a indústria como também a tecnologia.

Há, desta forma, intercâmbio de riquezas. Os locais sem solo fértil, pobres por impossibilidade de agricultura, prosperam graças à sua riqueza mineral.

No fim do III milénio, Palestina, Síria, Pérsia e Anatólia, tinham já «apanhado» a evolução do Egipto e da Mesopotâmia.

O comércio de metais fazia-se também com toda a Europa, principalmente com o Danúbio, estrada de penetração natural.

A ÍNDIA

É difícil traçar mesmo as grandes linhas da evolução do que foi a história política dos povos orientais.

A «civilização do vale do Indo» mostra-se demasiado evoluída, e original demais, para que se possam estabelecer laços directos com outras anteriores que se conheçam.

Esqueletos encontrados em HARAPPA, mostram-nos que a população era de origem antropológica diferente. Uma vez estabelecida no vale, expandiu-se, fixou-se, os seus elementos formaram vários aglomerados, e exploraram riquezas minerais, como nos prova a pesquisa efectuada na antiga mina de RAJ.

Os seus principais testemunhos (as cidades do vale do Indo) que são HARAPPA e MOHENJO-DARO, dão-nos a conhecer uma civilização baseada na agricultura, em que os edifícios mais importantes se destinam à guarda de cereais (silos), e na criação de gado, possuindo alto índice tecnológico e urbanístico.

Estas grandes cidades desapareceram com uma certa rapidez, em parte devido ao seu relativo isolamento e à distância de algumas origens da matéria-prima, em parte devido a invasões posteriores.

A CHINA

Tal como a Índia, a China do IV milénio a.C., mostra-nos uma civilização de recursos elevados.

Durante quase um milénio reinou a dinastia Chang, que se caracteriza por um certo desenvolvimento urbano e cultural. Fundaram-se algumas cidades importantes, como YIN por exemplo, explorou-se o cobre e o estanho, fabricou-se o bronze e a cerâmica a um bom nível.

A economia é agrária junto dos rios, e pastoril nos planaltos. O seu nível de civilização é bastante aproximado do das cidades do vale do Indo, e o seu aparecimento e desaparecimento é igualmente enigmático.

OOooOO

Com excepção da civilização chinesa e, talvez, da hindu, todas as outras nasceram de muitos contactos e intercâmbios. Nenhuma nasceu no isolamento.

A obrigatoriedade e necessidade de contactos comerciais,

A existência de excedentes que resulta sempre na procura de mercados,

O contacto invasor-invadido que causa intercâmbios e aprendizagem mútua,

A exportação de técnicas e modos de produção.

Dão como resultado a aculturação e constituem os vários componentes finais de cada uma das «civilizações» ou «culturas».

Muitas vezes, são os povos estranhos aos constituintes étnicos de uma região que desempenham o papel de intermediários na aculturação. Os povos das estepes, por exemplo, que comerciavam quer com a Europa quer com a Ásia e o Crescente Fértil, transmitiam frequentemente de uns para os outros diversas inovações e diversos elementos culturais estranhos a si próprios.

B – O NASCIMENTO DAS CIDADES

«A civilização autêntica não pode nascer senão nas regiões onde a natureza do solo e do clima permitem, sem grande esforço, uma produção excedentária. Só assim o homem se liberta da necessidade de consagrar toda a sua energia e toda a sua inteligência ao problema da sua sobrevivência; só assim ele está em condições de procurar, através da troca de bens, a melhoria do seu bem-estar e o progresso. Em suma, a região deve ser suficientemente extensa; é preciso, com efeito, alimentar uma população relativamente numerosa para incitar os indivíduos à especialização profissional e para, deste modo, provocar o desenvolvimento das estruturas sociais. Assiste-se então ao início da civilização».

Sir Leonard Woolley, (2)

FACTORES DE ECLOSÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

- Prosperidade crescente;
- Desenvolvimento desigual da propriedade privada;

CONSEQUÊNCIAS

- Aumento das necessidades, satisfeitas por técnicos e artistas;
- Desenvolvimento do aparelho governamental.

Durante o período de embrião do urbanismo, a comunidade, geralmente, ainda produz maioritariamente alimento. Nem todos os braços indispensáveis foram «desviados» para novas funções. Alguns tornam-se artesãos, fabricando os utensílios. De início, mesmo estes trabalham para a agricultura (foices, sacos, peneiras). Mais tarde outras actividades típicas se seguirão (pedreiros nas montanhas, lenhadores nas florestas, etc.).

As condições descritas acima, verificam-se tanto na Mesopotâmia como no Egipto:

- Ambos são um longo vale onde os sedimentos são fertilizados por rios;
- Ambos têm um rio que corta a planície e a alimenta.

No entanto, ambas terão, pelo contrário, evoluções complementares diferentes:

- Mosaico de estados – Mesopotâmia
- Reino Unificado – Egipto.

O VALE DO NILO

Características básicas:

- O rio corre por entre colinas de grés, que não se desagregam facilmente;
- O leito do rio é cavado em terrenos com ausência de sal;
- As inundações são entre 15 de Agosto e os primeiros dias de Outubro, isto é, quando a colheita já está feita e a sementeira ainda não está na terra, o que anula qualquer possibilidade de causar estragos.

No vale do Nilo podem chegar a fazer-se duas colheitas. A primeira, no início da primavera, recebe alguma irrigação das chuvas e de água reservada em locais próprios, proveniente da cheia do ano anterior. A segunda, nos fins do verão, é naturalmente irrigada pelo próprio rio.

Tudo o que os primeiros agricultores tiveram que fazer foi semear e esperar que a sua colheita amadurecesse. A produção de cada família, em breve ultrapassava as suas necessidades. A população aumenta, crescendo a zona irrigada graças a simples canais.

Os terrenos cultiváveis foram naturalmente divididos em «parcelas» irrigadas por canais menores, cuidados, normalmente por uma família.

Da reunião das habitações destas famílias em locais favoráveis e próximos das suas terras, nascem os primeiros aglomerados populacionais de características urbanas.

Cada povoação gozava de independência económica porque o trabalho a desenvolver não necessitava senão de uma mão de obra limitada.

O Egipto pré-dinástico era uma região de comunidades que se ocupavam com os seus próprios meios, das suas produções, muito embora se realizassem trocas comerciais internas. Não havia grandes cidades mas sim um povoamento relativamente denso ao longo de quase todo o rio.

Quando se deu a unificação, o rei normalizou os sistemas das irrigações, fez construir diques e barragens, bem como grandes reservatórios de água, vigiados por observadores encarregados de anunciar o início da cheia anual.

Para dar um ar oficial ao acontecimento, era o próprio faraó que, na capital, abria os diques que conduziam aos reservatórios. Estes, não só limitavam as cheias como também armazenavam milhares de litros de água, utilizada para a rega durante o resto do ano.

Levou-se a cabo um serviço de recenseamento e cadastro, criado para assegurar a repartição de impostos. Este serviço, media e avaliava as propriedades para, sobre este valor, serem lançadas as contribuições.

O antigo agricultor livre, transforma-se num servo do todo-poderoso faraó, mas o seu sistema de vida e possibilidades não se altera rigorosamente em nada. O Egipto continuou um país agrícola, de pequenos aglomerados populacionais, onde apenas a capital (transitória e muitas vezes mudada quando mudava o faraó), era grande e importante.

De entre as várias capitais, Tell el Amarna é, talvez, aquela que arqueologicamente se encontra mais bem estudada.

As cidades egípcias da Idade do Bronze não eram amuralhadas, e não obedeceram a grandes planificações urbanísticas. Também, como vimos, e com excepção de algumas das capitais, não eram de grandes dimensões. Estendiam-se naturalmente ao longo das margens do Nilo, e cresciam no sentido do comprimento.

O exemplo referido, Tell el Amarna, foi construído num local aberto, virgem, pelo faraó Akenaton, há cerca de 1.400 anos antes de Cristo.

A cidade, sem muralhas, estende-se por 7,5 quilómetros e por uma largura que varia entre os 750 e os 1.500 metros. Não possui o «recinto sagrado» que iremos encontrar noutros aglomerados do Médio Oriente. Os templos, os palácios, os edifícios da administração, que ocupam uma grande porção da cidade, não estão concentrados em quarteirões mas espalhados por toda a superfície. Há um grupo central, constituído pelo templo do Disco Solar, o palácio oficial, o palácio dos tributos estrangeiros e o secretariado, mas o palácio do Norte situa-se a 2 quilómetros, e o jardim de Maru-Aten fica a quase cinco quilómetros a Sul.

Para além das duas ruas principais, paralelas ao rio, não houve tentativas de planificação urbanística. Parcelas aproximadamente rectangulares eram atribuídas a todo o cidadão que as requisitasse à administração central. Os ricos, ocupavam os melhores locais, nas ruas principais. Os ocupantes podiam construir ou alugar os terrenos. Encontram-se, sem qualquer ordem, lado a lado, os palácios da nobreza cortesã, as casas da classe média e as cabanas dos pobres.

A casa tradicional da classe média edificava-se no centro de um terreno rodeado de muros, com uma única porta para a rua. Possuía uma capela privada. Era construída em tijolo e a armação da porta de entrada era de pedra, por vezes decorada e com colunas. Um grande salão interior, para os homens, era normalmente o local de recepção. Outro salão, para as mulheres, quartos, quarto de banho, sanitários e os aposentos de cozinha e refeição, constituíam as restantes divisões. O alojamento dos criados ficava sempre no exterior da casa, num recinto onde se situavam igualmente as cavalariças, o celeiro e os armazéns.

As casas em si, revelam um certo gosto e preocupações de conforto que resistem bem à comparação com as de outras cidades do Crescente Fértil. No entanto, há que reconhecer dois aspectos. Não se trata de casas cidadinas mas, muito mais, de um grupo de casas de aldeia, dispostas lado a lado, de maneira a formarem um aglomerado, e violam mesmo os mais elementares princípios de urbanismo como, por exemplo, o alinhamento das construções. Além disso, não representam um estilo arquitectónico próprio de uma classe. Não passam de reproduções, em menor escala, dos palácios da nobreza.

Uma versão, igualmente confortável mas de menores dimensões, destas edificações, é a casa dos funcionários estatais. Dispunha das mesmas divisões básicas mas apresentava um aspecto bem menos imponente.

Um único tipo de construção estava, de facto, isolado em quarteirões próprios – os alojamentos para operários. Estes, trabalhadores na construção (túmulos e palácios) ou em outras artes menores, habitavam cabanas idênticas, com um vestíbulo, uma sala, um quarto e uma cozinha, que o operário partilhava com sua mulher e seus filhos e, quiçá, com os seus animais domésticos. Estes alojamentos reproduzem, afinal, a planta dos alojamentos de escravos da XII^a dinastia, cinco séculos antes.

Este tipo de construção era perfeitamente padronizado, de plantas rigorosamente iguais, e formava, na planta global da cidade, verdadeiras «ilhas».

A civilização no Egipto não foi, por assim dizer, um resultado da urbanização porque o Egipto nunca teve número significativo de grandes cidades nem verdadeira vida citadina. Era uma civilização cortesã. As massas populares serviam uma classe social limitada, compreendendo o faraó e os seus favoritos.

Muito menos espectacular que as civilizações urbanas da Suméria e da Acádia, a civilização egípcia só pode conceber-se inserida nas condições políticas e sociais específicas do seu país original. Se bem que alguns dos seus produtos, nomeadamente da sua tecnologia, tenham sido adoptados por técnicos de outros países a cultura egípcia nunca foi «exportada», como haveria de ser a cultura Mesopotâmica, da qual um cidadão foi um embaixador.

A MESOPOTÁMIA

Comparemos esta localização e características principais, com as que havíamos verificado para o Egipto:

- O vale é muito mais plano e com pouca inclinação em direcção ao mar;
- Os rios atravessam colinas calcáricas que se erodem com relativa facilidade, o que confere ao terreno características menos ideais para o cultivo;
- O curso dos rios passa por várias minas de sal-gema, salinizando em demasia as terras aráveis;
- Dos dois rios, o Tigre não pode ser normalmente utilizado na irrigação porque o seu leito é muito profundo para que permita a abertura de canais eficientes. É, sobretudo, o Eufrates que possibilita a agricultura;
- O clima é muito mais abrupto que no Egipto e as temperaturas extremas.
- O Eufrates tem uma corrente violenta o que faz com que transporte muito mais sedimentos. Como os terrenos são calcários, o húmus satura-se e a produção é muito menor.

Se a irrigação se podia fazer, existia o problema do excedente de água, difícil de eliminar, que podia estagnar, constituindo pântanos, esterilizando as terras depois de secos. A data da subida da água, não sendo regular nem previsível situa-se, no mais das vezes, na Primavera e é brutal. As sementeiras de verão estão na terra, e as de Inverno a ser consumidas.

A agricultura na Mesopotâmia teve que adoptar um regime de irrigação e defesa permanente. Se a irrigação era relativamente fácil, porque o leito do rio era mais alto do que a planície, a exaustão das águas excedentes era difícil e precisava de muito mais mão-de-obra e de uma organização considerável.

Nenhum pequeno cultivador podia irrigar, por si só, a sua propriedade. A iniciativa individual não era suficiente. A rega dos terrenos interiores só era possível se se lançasse mão do trabalho colectivo. Foi necessário criar uma autoridade capaz de controlar o sistema, dirigir a construção de canais, distribuir as terras e manter este estatuto.

As condições de fertilidade exigiam:

- Esforço colectivo;
- Centralização administrativa que ultrapassava o âmbito da pequena comunidade.

Constituíram-se unidades administrativas locais, cuja extensão era determinada pela dos canais de irrigação.

A autoridade regional, gozando de poderes absolutos, assegurava a construção, manutenção e reparação de canais, a sua utilização regular e o ordenamento territorial.

O desenvolvimento das cidades-estado não se ficou a dever à mentalidade particular do povo mas sim às condições naturais e características físicas do país.

AS CIDADES-ESTADO SUMÉRIAS

Os elamitas que ocuparam o delta do Eufrates, introduziram uma cultura e religião comuns, mas parece que cada família escolheu, do panteão, um deus ou deusa particular, encarregado da sua protecção.

À medida que a exigência da agricultura cria centralizações administrativas em cada uma das zonas de irrigação, nasce uma classe puramente intelectual (não manual) – a hierarquia oficial – e a divindade protectora que permite a sua ascensão ao poder, torna-se geral. Inicia-se o trinómio:

CIDADE ESTADO ↔ GOVERNO CENTRALIZADOR ↔ DEUS LOCAL

Existe uma unidade básica entre os sumérios, assegurada pelas divindades «nacionais» mas cada cidade acabará por possuir o seu grande deus.

O nascimento das cidades-estado sumérias foi consequência das difíceis condições económicas, mas a sua perpetuação foi assegurada, em grande parte, pela sanção religiosa. Um deus tornava-se vassalo de um deus vizinho, se derrotado (o seu exército, bem entendido) em combate. Mas o seu reino, o seu poder, as suas atribuições, dessas, ele nunca podia ser despojado. Isto significa que, mesmo se uma cidade-estado derrotasse outra, isso não significava nem conquista territorial nem submissão escravizante. Havia saques, prisioneiros para resgatar mas, depois de tudo, a cidade derrotada tinha apenas que procurar superar os prejuízos e continuar a viver.

Uma cidade-estado podia englobar, territorialmente, outros aglomerados, embora normalmente isso não acontecesse.

UR é, sem dúvida um protótipo do urbanismo sumério e apresenta todas as grandes características das outras cidades.

Dividia-se em três partes perfeitamente distintas, que seguiam de perto a orografia natural.

Uma primeira parte, a área sagrada, situava-se no cume da elevação, e pode comparar-se à acrópole das cidades gregas. Depois, e ainda dentro da linha de muralhas defensivas, situava-se a chamada cidade interior. Fora das muralhas, a terceira parte, era a cidade extra-muros.

Na área sagrada, ficavam os santuários e locais de culto, o palácio onde se reunia o governo, os centros administrativos e os tribunais. Na cidade interior, erguiam-se, o palácio real, as grandes lojas comerciais e as residências (antigas) de funcionários superiores e de grandes proprietários. Extra-muros localizavam-se as zonas residenciais, os «dormitórios» operários, algum comércio (sobretudo de géneros alimentícios) e os templos menores e particulares.

Conclui-se assim, que as cidades eram planificadas, divididas segundo crenças religiosas e as necessidades administrativas e posições sociais.

A referida cidade-estado, corolário destas afirmações, era banhada pelo Eufrates, que corria ao longo da muralha ocidental, e, no lado oposto, passava um canal navegável que, partindo do Eufrates, se dirigia para Norte da Cidade. A planta de UR é irregularmente oval, com um comprimento e uma largura de, respectivamente, 1.000 e 750 metros.

O téménos (área sagrada) situava-se a Noroeste. Era constituído pelo palácio de Nannar (Deus da Lua) e media 270 x 190 metros. Foi, mais tarde, aumentado. Elevava-se numa plataforma artificial de regularização, construída com tijolos. Diante do Zigurate ficavam os locais de recepção de oferendas e taxas. Outros templos, escritórios, tribunais, e o palácio do governo, completavam o téménos.

O palácio do Rei (terrestre), situava-se na cidade interior. Rodeavam-no capelas e túmulos reais, bem como habitações particulares e lojas comerciais.

A densidade de construção nesta parte da cidade era extraordinariamente grande.

Na cidade extra-muros ficavam as zonas modernas de habitação e os «quarteirões» residenciais.

Estes, muitas vezes, cresceram sem grande planificação, limitando-se a modernizar velhas habitações e respeitando o plano anárquico do aglomerado primitivo do neolítico. As ruas, não pavimentadas, são estreitas e tortuosas, por vezes meras vielas, que conduzem a casas encravadas entre outras habitações. Misturam-se construções térreas e de andares.

As próprias casas, grandes ou pequenas, construíam-se segundo o espaço disponível não possuindo, normalmente, plantas regulares.

O tipo mais comum de habitação era de dois pisos, aberta no centro para iluminação do interior. A porta

de entrada dava para um vestíbulo situado sob a citada clarabóia. No rés-do-chão ficavam os quartos de hóspedes, a cozinha, a sala de recepções, os quartos de criados e o escritório ou oficina. No andar superior, o quarto de banho e as áreas de habitação dos donos da casa, completavam as divisões.

Segundo escavações já realizadas, e utilizando o método estatístico, pode calcular-se o número médio de ocupação do solo em 110 casas por hectare. Se se calcular (pelos números mais baixos) uma média de 6 pessoas por casa (incluindo criados), UR teria abrigado, em certas alturas, uma população fixa de 360.000 habitantes.

É claro que a sua situação geo-estratégica, fez dela a maior, e a mais importante, cidade-estado suméria. No entanto, cálculos semelhantes forneceram-nos números de habitantes igualmente volumosos, sobretudo se comparados com outros aglomerados do crescente fértil. KALAH, por exemplo, continha mais de 110.000 habitantes dentro do seu perímetro.

AS CIDADES COSTEIRAS DOS FENÍCIOS

A característica peculiar destes aglomerados é que não se baseavam em locais férteis mas sim em portos-abrigo naturais.

UGARIT — era uma baía para barcos de pequeno porte;

ARVAD — (Chipre) — pequena ilha rochosa, de tamanho tão diminuto, que existia um porto na costa — AMA-

THUS — para assegurar os abastecimentos;

TRIPOLI — fortificação construída sobre um promontório, e porto de fácil defesa;

BIBLOS — na embocadura de um curso de água. Porto natural;

BEIRUTE — promontório escarpado tendo, de um lado, uma baía de fácil acesso;

SIDON — unia um promontório e uma ilha;

TIRO — Ilha próximo da costa, unida a esta por um molhe.

Estas cidades não são o resultado de um urbanismo de povos agricultores. Fundamentam-se nas vantagens para a navegação e para os estabelecimentos comerciais.

Um povo de marinheiros, vindo de outras partes do mundo antigo, mas de locais onde já existia o fenómeno urbanístico, chegou e edificou as cidades costeiras. O aglomerado populacional é já construído «assim»; tal como se encontra hoje nas escavações. Não houve evoluções (local de tendas — aglomerado anárquico — aldeia-cidade) iniciais. Constrói-se, em terreno virgem, uma verdadeira cidade.

Estas, eram rodeadas de muralhas, para protecção dos ataques dos autóctones do continente.

Eram isoladas, independentes e tinham um rei próprio. No entanto, estavam unidas por princípios religiosos comuns e interesses comerciais mútuos. Aventa-se mesmo a hipótese de se terem constituído em «confederação» comercial.

Cada cidade dispunha dos seus deuses protectores, por exemplo:

MELKART — Tiro, ASTARTE — Sídon BAAL — Ugarit.

Não eram, no entanto, estados teocráticos. Os reis eram-no de direito, embora por graça divina.

Nunca se registaram tentativas de expansão territorial por intermédio de expedições militares. Bastava-lhes ter (ou comprar) o terreno arável necessário à sua subsistência. Quando não, comerciavam os próprios produtos de primeira necessidade.

Os principais produtos comercializados pelos fenícios eram a madeira do Líbano, ourivesaria, esculturas em marfim, tecidos e bordados, goma e incenso. Além destes, de seu fabrico, foram grandes intermediários no comércio de vidros, loiças, metal, etc., etc.. Nunca foram grandes inventores, mas adaptaram com extraordinária eficácia inventos alheios e técnicas de fabrico em série.

Quando eram, numa cidade, demais, não se expandiam para o continente mas fundavam novas colónias em outros locais, o que tinha a vantagem de criar novos mercados.

Possuíam uma certa estrutura diplomática e comercial que resolvia os seus problemas. Estes «embaixadores» permanentes não eram oficiais mas sim privados. Representavam interesses comerciais em cidades ou em regiões distintas.

Os fenícios foram um povo rico, enérgico, com raríssimas querelas internas, e sem instinto de agressão ou de domínio territorial.

O comércio foi a sua razão de ser e de viver. As suas cidades reflectem este fenómeno. Não têm, para todos os efeitos, termo de comparação em todo o Crescente Fértil.

Este fenómeno nasce aqui muito cedo. A cidade de PHYLACOPI na Ilha de Mélos, remonta aos inícios da Idade dos Metais, e resultou da construção de uma muralha num aldeamento possivelmente datando dos fins do Neolítico.

Creta, apresenta-nos a cidade de Cnossos, com uma linha de muralhas defensivas e aumenta com o desenvolvimento da civilização cretense. No apogeu do seu crescimento, poucas cidades do Médio Oriente poderiam rivalizar com ela.

A antiga cidade fortificada foi nivelada e regularizada para servir de implantação ao palácio real, um imenso labirinto de edifícios, estendendo-se por um grande polígono com 25.000 metros quadrados.

À sua volta, num raio de 400 metros, estendia-se uma zona de boas moradias, independentes e de dois andares. A seguir, e até à extensão máxima, os alojamentos dos pobres, pequenos, pouco arejados e construídos em favo (ilhas e pátios). O quarteirão aristocrático ocupava metade da superfície total da cidade, apesar de conter apenas uma reduzida parte da população.

À primeira vista, parece um esquema semelhante ao das cidades-estado sumérias. No entanto, o palácio, ponto fulcral da cidade foi construído para proporcionar bem-estar e prazer a um ser humano e à sua corte. Não se tratava de residência de um deus e de seu santuário, mas sim de possibilitar a um soberano de carne e osso o maior número de prazeres terrenos possível.

A ÍNDIA

Não há tradições que possam dar-nos uma ideia da origem e desenvolvimento das grandes cidades do Nordeste da Índia. O vale do Indo, hoje particularmente árido, possui um solo rico que foi fértil quando suficientemente irrigado.

As condições naturais assemelham-se mais às da Mesopotâmia do que às do Egipto. As cheias produzem-se de Maio a Agosto, donde a necessidade, como na Suméria, de uma irrigação constante e de uma defesa de diques e barragens. Isto implica centralização de poderes e forte espírito cooperativo.

O termo civilização do «vale do Indo» não pode ser levado à letra pois este não é, forçosamente, o seu limite geográfico. Conhecem-se vestígios de cidades deste horizonte cultural, a mais de 110 quilómetros fora dos limites do vale.

Entre os vários aglomerados conhecidos, poderia não ter existido unidade política mas houve certamente unidade cultural.

Algumas características genéricas desta civilização urbana são de reter:

- Trata-se de uma civilização imposta e não de uma evolução natural. Não há nada a ver entre esta e a que a precedeu no local.
- Não é detectável qualquer sequência arqueológica que estabeleça laços anteriores ou posteriores. Dá-se uma ruptura total na evolução.
- Esta civilização surge de uma forma súbita, mas já tão estereotipada, que, ao longo dos séculos durante os quais perdurou, não se nota nela própria qualquer movimento evolutivo nas artes e nas técnicas.
- O povo de HARAPPA (por exemplo) conforme o prova a arqueologia, é o responsável directo pela destruição da povoação anterior e pela nova edificação.

Façamos agora uma breve descrição das edificações citadinas.

As cidades são «criações artificiais», não surgem de evolução natural. Não deviam ser amuralhadas senão numa parte de função militar e designada por «cidadela».

No interior dos limites da cidade, existia uma completa planificação urbanística. As ruas eram largas, em ângulo recto, dando acesso a «pátios» à volta dos quais se edificavam as construções.

Não havia, dessa forma, acesso directo das casas às ruas mais movimentadas.

Os pátios eram espaçosos e bastante iluminados. As casas edificavam-se em tijolo e possuíam amplas divisões, com conforto bastante aceitável, incluindo o quarto de banho, sanitários, depósitos de lixo e ligações individualizadas a colectores gerais de esgotos, cuja rede cobria toda a cidade.

A Oeste, numa outra elevação, a cidadela construída sobre um maciço artificial em plataforma de tijolo, era rodeada de fortificações.

Intra-muros alguns edifícios públicos, como o salão de reuniões, o balneário, o colégio, instalações militares e um vasto celeiro, servindo de caixa-forte e de reserva dos restantes, disseminados e localizados nos núcleos de habitação.

Para além destes, o que por si só implica a existência de um corpo de guardas permanentes e de funcionários de contabilidade, pode supôr-se que militares patrulhavam a cidade velando o cumprimento dos deveres colectivos.

Quarteirões operários, miseráveis, pouco ou nada arejados, eram habitados pelos mais desfavorecidos pela sorte. Um achado arqueológico abundante nestes bairros, à semelhança do que acontecia na Suméria — — mós manuais muito primitivas, leva-nos a supôr que os operários eram obrigados a moer o seu próprio cereal, ou, quiçá, raízes comestíveis, ao contrário do cidadão comum que podia habitualmente conseguir esse serviço no celeiro público mais próximo.

A «civilização do vale do Indo», atingiu alto nível técnico e cultural. No entanto, também no campo do comércio e das relações internacionais se distinguiu como poucas. De facto, foram encontrados vários símbolos e selos em barro pertencentes às cidades mais importantes, um pouco por toda a Mesopotâmia. Estes distintivos, datáveis de 2.400 a.C., pertenciam a «embaixadores» comerciais (e políticos?) que viviam no estrangeiro em permanência. Tal comércio internacional exige estruturas formidáveis, o que nos pode levar a concluir da existência de uma aristocracia mercantil florescente. De facto, os «embaixadores» eram-no não de uma ou outra cidade mas sim de vários comerciantes privados.

Como pode verificar-se arqueologicamente, o plano urbanístico das principais cidades era semelhante. Historiadores há que apelidam HARAPA e MOHENJO-DARO de «capitais gémeas».

Os recintos amuralhados destinavam-se não a proteger a população de ataques do exterior, mas sim dos autóctones, dos verdadeiros indianos, que haviam sido ou submetidos e escravizados ou expulsos, e que se rebelariam, por vezes, contra os dominadores estrangeiros. Os grandes privilégios dos recém-chegados e a expansão da sua cultura deu-se, sem sombra de dúvida, pela força.

Nada se conhece, por falta de vestígios arqueológicos, da vida religiosa e espiritual destes povos.

Em 1.500 a.C. dá-se uma invasão de povos arianos do actual Afeganistão. Este facto, aliado a uma possível alteração do curso e regime do Indo e seus afluentes, irá marcar o declínio, tão rápido como a ascensão, da cultura do «vale do Indo». Os arianos, povo simples, bárbaro, impreparado, foram capazes de ocupar e destruir mas nunca de reconstruir. Dizimaram populações, arrasaram as cidades, mas não aproveitaram a vitória militar. Os aglomerados foram pura e simplesmente abandonados, e os poucos sobreviventes terão, concerteza, debandado.

Para onde?

NOTAS

(1) *As civilizações Pré-Clássicas, guia de Estudo*, Lisboa, Estampa, 1981, pág. 23.

(2) *Les débuts de la civilization*, in *Histoire de L'Humanité*, vol. I, Paris, UNESCO/Robert Laffont, 1967, pág. 347.